



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS

Município: ALFENAS/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
VI - PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO	23
VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	26
VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	26
IX - CONCLUSÃO	26
X - FOLHA DE ASSINATURA	28
XI - ANEXOS	29





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada Eixo COVID-19

Entidade Responsável: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS

CPF/CNPJ: 11.436.319/0001-80

Município/UF: ALFENAS-MG

Unidade Visitada: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS

CPF/CNPJ: 11.436.319/0001-80

Município/UF: ALFENAS/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: março de 2020 a abril de 2021

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	10/05/2021	17/06/2021
Execução - In loco	22/06/2021	25/06/2021
Relatório	28/06/2021	19/07/2021
Execução - In loco	13/12/2021	17/12/2021

Tarefa Nº: 126650

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

III - INTRODUÇÃO

1. Fator Desencadeante:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria –CEA/SUS-MG- Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2. Objetivo e Escopo:

Realizar Auditoria Programada Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas tendo como unidade visitada o Hospital Santa Casa de Alfenas, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a junho/2021.

3. Caracterização do Objeto de Auditoria:

Alfenas é município pertencente à região de saúde Alfenas /Machado, fazendo parte da região ampliada Sul, conforme a deliberação CIB-



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SUS/MG nº 1.979 de dezembro de 2020, com população estimada em 2017 de 79.707 hab. (fonte: TABNET/SES-MG – estimativa IBGE 2020 acessado em 24/03/2021), possuindo a gestão sobre seus prestadores.

É habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, DE 17 de março de 2021.

Segundo o Plano de Contingência da Macrorregião, o município de Alfenas tem como prestadores referência SRAG de 1ª prioridade a Santa Casa de Alfenas e 2ª prioridade o Hospital Alzira Avelano.

A unidade hospitalar visitada no município Alfenas é o Hospital Santa Casa de Alfenas – CNPJ 6.650.756/0001-16 (CNES 2171945) que é uma entidade sem fins lucrativos.

A Santa Casa de Alfenas recebe pacientes para atendimento COVID-19 em seu Pronto Atendimento Grupal e via SUSfácil (internações solicitadas pela própria entidade e por outros prestadores e ou municípios, para os leitos de UTI-SRAG, LSVP e enfermaria).

No período de abrangência da análise geral (março/2020 a dezembro/2021), a Santa Casa de Alfenas disponibilizou os leitos para enfrentamento ao COVID-19 conforme descrito no ANEXO 05 desse Relatório. A Santa Casa de Alfenas foi contemplada com o incentivo pela disponibilização de Leitos COVID-19 por meio das Resoluções: Nº. 7.160 de 17/07/2020 (leitos de UTI novos), Nº. 7.265 alterada pela Nº. 7.357 (leitos de UTI novos), Nº. 7.384 de 29/01/2021 (leitos de UTI novos), Nº. 7.396 de 09/02/2021 (leitos de UTI novos), Nº. 7.446/2021 de 10/03/2021 alterada pela Nº. 7.467 (leitos de UTI novos), Nº. 7.479, DE 16/04/2021 (LSVP), Nº. 7.564 05/2021 (LSVP), Nº. 7.595 de 05/2021 (leitos UTI novos).

De acordo com as informações das Deliberações CIB-SUS, e conforme previsão do Plano de Contingência, a Santa Casa de Alfenas dispôs inicialmente de 105 leitos COVID sendo 75 clínicos/enfermarias e 30 leitos de UTI COVID Adulto (10 existentes e 20 novos). Após a Deliberação Nº. 3.286 de 11/12/2020, manteve atendimento com 90 leitos COVID sendo: 45 leitos clínicos/enfermarias, 15 LSVP e 30 de UTI COVID Adulto (SUS). A partir de 19 de março de 2021 até o momento da auditoria operativa (em maio de 2021) mantinham: 65 leitos COVID, sendo 20 clínicos/enfermarias, 15 LSVP e 30 de UTI COVID Adulto, todos cadastrados para usuários do SUS.

A SMS não efetuou aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos para destinação ao prestador Santa Casa de Alfenas para o enfrentamento à COVID - 19.

IV - METODOLOGIA

Fase Analítica

- Consulta ao plano de contingência de Alfenas (Versão 2.0. Revisada e atualizada até 06/05/2020) e Deliberações CIB/SUS-MG.
- Consulta ao CNES (<http://cnes.datasus.gov.br/pages/consultas.jsp>, acessado em 25/03, 17/06/2021 e 02/12/2021) e legislações vigentes com relação ao COVID -19;
- Levantamento de dados/informações/documentos com as áreas técnicas nível central e regional, relativas ao auditado e às ações de enfrentamento da COVID 19;
- Pesquisa no Portal da Transparência do Estado de MG; site da Receita Federal e site do IBGE;
- Consultas às Resoluções, Portarias e demais Normativas relacionadas ao município de Alfenas para o enfrentamento da COVID-19 referentes ao período de março/2020 a maio/2021;
- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros de origem estadual repassados para a Santa Casa de Alfenas para enfrentamento do COVID-19 do período março/2020 a maio/2021 (<http://www.transparencia.mg.gov.br>, <https://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/resolucoes>);
- Extração e análise de dados referentes aos instrumentos de gestão municipal, período de 2020 e até maio de 2021 (<portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento>);

Fase Operativa

- Reunião de abertura dos trabalhos e orientações;
- Solicitação de espelhos de AIH referentes aos meses de abril e maio (não tinham sido disponibilizados anteriormente);
- Solicitado e recebido os relatórios SIHD2 – Internações por COVID-19 e diárias de UTI;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Solicitação de relatório demonstrativo de alimentação do SIGRES; (não disponibilizado)
- Análise e solicitação de documentos que não foram disponibilizados em fase analítica;
- Coletado cópias de empenhos;
- Análise de processos, licitações, termos aditivos;
- Solicitado cópias digitalizadas dos instrumentos normativos e prestação de contas relacionados aos recursos repassados para COVID-19, destinados a Santa Casa de Alfenas;
- Solicitado cópias digitalizadas dos instrumentos de gestão PAS, RDQA e RAG que contemplassem as devidas alterações, com as atividades, recursos e prestação de contas do eixo COVID-19;
- Realizado diligência para complementação de auditoria no período de 13 a 17 de dezembro de 2021;
- Solicitado preenchimento de dados contábeis para as planilhas inseridas na composição do relatório preliminar, durante a realização da diligência.
- Realizados coleta de termo de entrevista com a Secretária Municipal de Saúde.
- Realizados encerramentos das operativas, com termos de auditoria.

Limitações:

Atraso no envio de documentação solicitada e falta de documentação pertinente, descrita em Ofício SES/AUDSUS nº. 278/2021, de 29/04/2021, Anexo I e II, para realização da fase analítica da auditoria

Ausência de realização de instrumentos jurídicos formalizados com a Santa Casa de Alfenas, para controle de repasse e utilização dos recursos destinados a COVID-19 de origem municipal, estadual e federal.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638947

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas não celebrou instrumentos jurídicos devidamente instruídos, com a Santa Casa de Alfenas para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e ou Municipal) referente ao enfrentamento da COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: Durante a auditoria, observou-se que a Santa Casa de Alfenas recebeu da SMS Alfenas, recursos financeiros destinados ao combate à Pandemia do Coronavírus (de origem federal e estadual) conforme detalhado no Anexo 01 deste relatório. Após extração de dados em sites oficiais e análise de documentação fornecida durante as fases analítica e operativa, verificou-se que a SMS de Alfenas não apresentou instrumentos jurídicos, celebrados com a Santa Casa de Alfenas, devidamente instruídos, para o repasse de recursos financeiros de origem Federal, Estadual e ou Municipal. Não foram realizados contratos/convênios discriminando a forma dos repasses e prestação de contas dos recursos vinculados ao FMS. Foi apresentado o Contrato 001/2016, porém os Termos Aditivos apresentados não contemplavam as regras de repasse e informações inerentes. Não comprovou o acompanhamento e monitoramento das ações ou validação das prestações de contas do Hospital.

Portanto, após verificação e análise dos documentos apresentados pelo auditado, previamente, na fase analítica e in loco, na fase operativa, constatou-se que o Hospital Santa Casa de Alfenas, apresentou apenas os instrumentos jurídicos abaixo relacionados, porém, não se encontravam devidamente instruídos em relação à legislação vigente referente ao combate à Pandemia do Coronavírus, a saber: Termos de Convênio N.º 001/2016 e 002/2021, para realização de Serviços, ações e atividades de saúde, com vigência até agosto de 2021. Os Termos Aditivos ao Convênio 002/2021, apresentados à equipe de auditoria, não trata de qualquer questão referente ao enfrentamento da COVID-19 e respectivos recursos destinados as ações de média e alta complexidade, em desacordo com a legislação vigente e as regras que



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



viabilizaram os repasses. Tal fato está em desacordo com o Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Corona vírus/COVID-19) da Macrorregião Sul, item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais item I ao V; Portaria nº 3390/2013, art. 32 § 3º; de Consolidação nº 02/2017, art. 28 § 1º incisos I e II e §§ 2º e 3º; : PRT

MS/GM 3410/2013, Art. 14; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV -artigo 14; Portaria GM/MS nº 1.448 de 29/05/2020 Art. 2º; Portaria GM/MS nº 1.448 de 29/05/2020 Art. 2º; Resolução SES/MG nº 7160 de 17/07/2020, Art.5º, Art.7º§§1º e 2º, Art. 9º Parágrafo único. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita.

Fonte da Evidência: -Cópia do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde extraída de: <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/ficha/identificacao/3101602171945> em 02/06/2021, -cópia do comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ extraído do site: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br>, em 25/06/2021; -Contrato 001/2016; - Sétimo e Oitavo Termos Aditivos ao Contrato 001/2016; -Termo de Informação da Gestora D. C.A. de junho/2021; -Termo de Convênio 002/2021; -Termo de Entrevista D.C.A. em 16/12/2021(diligência).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do OFÍCIO Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: Com minha cordial visita, dirijo-me à Vossa Exa., em atenção ao Ofício SES/AUDSUS 451/2023 e 452/2023, de origem dessa Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, no qual V.Exa. informa o prazo de trinta dias prorrogáveis por igual período para apresentar justificativas em relação as constatações não conformes constantes no Relatório Preliminar de Auditoria 655. Assim sendo, e ante a documentação levantada junto à Secretaria Municipal de Saúde deste município, venho respeitosamente apresentar DEFESA mediante os seguintes argumentos: Fundamentação: A Santa Casa de Alfenas foi definida através de pactuação da Comissão Intergestora Bipartite (CIB) o Hospital Referência Regional para atendimento a COVID-19 na Microrregião Alfenas/Machado conforme documento anexo (Anexo1), o qual garantiu a Secretaria Municipal de Saúde o embasamento para repasses de recursos cujo objetos eram a assistência a COVID-19. Isso se deu frente a necessidade de suporte financeiro emergencial para custeio das ações e serviços de saúde que se sobrecarregavam frente a alta e inesperada demanda assistencial.

Análise da Justificativa: Em análise à documentação apresentada pelo auditado, observa-se que ocorreram os repasses de recursos para assistência ao covid-19, porém a documentação não estava devidamente organizada e instruída conforme preconizado na legislação vigente. A SMS de Alfenas, após solicitação de prorrogação de prazo, encaminhou documentos e argumentações acerca das não conformidades. Ressaltamos, porém, que o assunto da constatação é a não celebração de instrumento jurídico pela SMS junto à Santa Casa. O auditado não se manifestou quanto ao ausência do instrumento jurídico em suas alegações nem nas referidas documentações. Portanto, a equipe considera que não foi apresentada manifestação suficiente correção da não conformidade, sendo mantida a proposição da Penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.436.319/0001-80

Recomendação: Formalizar Instrumentos Jurídicos com a Santa Casa de Alfenas tempestivamente, comprovando a legalidade e regularidade na utilização dos recursos financeiros do SUS transferidos à mesma, através da organização dos Processos de Pagamento e de Prestações de Contas, devidamente instruídos pelos contratos de prestação de serviços com a SMS de Alfenas para recebimento de recursos de origem pública, sejam eles municipais, estaduais ou federais,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



seguindo as premissas da legalidade determinadas nas legislações: Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Corona vírus/COVID-19) da Macrorregião Sul, item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais item I ao V; Portaria nº 3390/2013, art. 32 § 3º; de Consolidação nº 02/2017, art. 28 § 1º incisos I e II e §§ 2º e 3º; : PRT MS/GM 3410/2013, Art. 14; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV -artigo 14; Portaria GM/MS nº 1.448 de 29/05/2020 Art. 2º; Portaria GM/MS nº 1.448 de 29/05/2020 Art. 2º; Resolução SES/MG nº 7160 de 17/07/2020, Art.5º, Art.7º§§1º e 2º, Art. 9º Parágrafo único.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638959

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Comprovação de despesas

Constatação: A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média e alta complexidade para a Santa Casa de Alfenas, conforme legislação.

Evidência: Em análise documental fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, referente aos repasses de recursos originários do FES (Fundo Estadual de Saúde) para assistência a COVID-19 e, foram evidenciadas transferências para a Santa Casa de Alfenas, referente a dotação 1255 (transferências de recurso fundo estadual de saúde), através das Resoluções SES/MG n.º 7.165/2020 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), empenho 644/21 datado de 10/3/2021 e Resolução SES/MG nº 7.166/2020 no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) empenho 645/21, que foram repassados para a conta corrente 500.038-9, agência 0095 do Banco do Brasil do hospital. Os recursos disponibilizados nestas Resoluções SES/MG são destinados para utilização exclusiva no âmbito da atenção primária/básica do município de Alfenas. Tal fato está em desacordo com a Resolução SES/MG N.º 7.165, de 20/07/2020 Arts. 1º, 2º §2º, art. 4º e art. 9º e Resolução SES/MG N.º 7.166, de 20/07/2020 Arts. 1º, 2º § 2º, art. 3º § 2º e § 3º, art. 5º e art. 8º I e II.

Fonte da Evidência: -Notas fiscais emitidas pela Casa de Caridade de Alfenas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: Nº 4.4512 de 05/3/2021 e Nº 4.4513 de 05/3/2021;
-Empenhos e ordem de pagamento : EO- 644/21 e OP- 648653 (pago em 10/3/2021);
-EO 645/21 e OP 648652(pago em 10/3/21);
-Extratos bancários : Documento 031001.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do OFÍCIO Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: Os recursos oriundos das Resoluções SES/MG 7165/2020 e da Resolução SES/MG 7166/2020 tinham como objeto e critérios de alocação dos recursos: Resolução SES/MG 7165/2020: Art. 1º " Estabelecer, em caráter extraordinário, o repasse de incentivo financeiro para o custeio das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde, para o enfrentamento ao COVID-19, aos Municípios relacionados no Anexo I desta Resolução. (...) Art. 4º - Os beneficiários deverão utilizar os recursos recebidos tão somente em ações e serviços para enfrentamento ao COVID-19, no âmbito da Atenção Primária à Saúde. § 1º " As ações e serviços de Atenção Primária à Saúde devem observar, no que tange ao aspecto assistencial, as diretrizes da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES). § 2º - Para efeito dessa Resolução, recomenda-se que o incentivo seja destinado para eixos de atividades a serem desenvolvidas para o enfrentamento ao COVID-19, tais como: I - Qualificação dos profissionais da Atenção Primária à Saúde para atuação na identificação, notificação e manejo oportuno de casos suspeitos ou confirmados de infecção pela COVID-19, mediante critérios técnicos, científicos e operacionais atualizados, afim de manter a coordenação do cuidado; II - Organização da assistência nas Unidades de Atenção Primária à Saúde para o atendimento de usuários com queixas respiratórias e outros eventos agudos; III - ações de educação em saúde relacionadas às medidas de isolamento social, recomendações de prevenção do contágio e disseminação da COVID-19,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



além de ações de promoção da saúde que tem como objetivo contribuir para a manutenção da saúde da população e evitar a agudização ou agravamento das condições de saúde das pessoas com doenças crônicas; e IV - aquisição de insumos e materiais, como equipamentos de proteção individual, afim de assegurar a proteção dos profissionais dos serviços de saúde, por meio da adoção de medidas de prevenção e controle, de forma que estes tenham condições seguras de trabalho para exercerem o seu papel nas diversas linhas de cuidado. (...) Resolução SES/MG 7166/2020: Art. 1º - Estabelecer o repasse extraordinário de incentivo financeiro para o custeio das ações e serviços de saúde no enfrentamento ao COVID19, no âmbito da Atenção Primária à Saúde, para as populações em situação de maior vulnerabilidade em saúde, para os Municípios relacionados no Anexo I desta Resolução. Art. 3º (...) § 2º - Os beneficiários deverão utilizar os recursos recebidos tão somente em ações e serviços para enfrentamento ao COVID-19, voltados para as populações em situação de maior vulnerabilidade em saúde, tais como: população em situação de rua, populações privadas de liberdade adulta e adolescentes, comunidades quilombolas urbanas e rurais, ocupações urbanas e rurais, ciganos, circenses e demais povos comunidades tradicionais, assentamentos e acampamentos da reforma agrária, população negra, população LGBT e população rural. § 3º - As ações e serviços de Atenção Primária à Saúde devem observar, no que tange ao aspecto assistencial, as diretrizes da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES). Considerando o disposto nas Resoluções supracitadas, e considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) publicado pela Portaria Nº 841, DE 2 de Maio de 2012, que descriminas as ações e serviços no âmbito da Atenção Primária a Saúde: RENASES-2012 (Ministério da Saúde - página 9 a 14)(...) Atendimento Clínico na Atenção Primária atendimentos clínicos realizados pelos profissionais da equipe de Atenção Primária contemplando: anamnese; exame físico; avaliação antropométrica; registro de marcadores do consumo alimentar; avaliação da capacidade funcional do paciente idoso; otoscopia; laringoscopia indireta; avaliação de acuidade visual; fundoscopia (exame de fundo de olho); exames de rastreamentos conforme protocolos vigentes; estesiometria (teste de sensibilidade); prescrição, administração e dispensação de medicamentos, incluindo parenterais; terapia de reidratação oral; nebulização; aferição de pressão arterial; realização do teste do reflexo vermelho; ordenha mamária; inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU); eletrocardiograma (ECG); peak flo; imobilizações; ressuscitação cardiopulmonar; diagnóstico e atendimento clínico de pacientes com tuberculose e/ou hanseníase; abordagem síndrome das doenças sexualmente transmissíveis ; e avaliação de pacientes com agravos relacionados ao trabalho. Consulta e acompanhamento realizados por profissional de Nível Superior atendimentos individuais realizados por profissionais de nível superior, com o objetivo de garantir atenção integral, conforme a necessidade de saúde do indivíduo. Estão incluídas: consultas agendadas ou de demanda espontânea (imediata), para condições agudas ou crônicas agudizadas; consultas de programas específicos; consultas compartilhadas entre profissionais; consultas de urgência e emergência (com ou sem observação); primeira consulta odontológica programática; retirada de pontos de cirurgias básicas e atendimentos de enfermagem e demais profissionais da equipe de saúde. Exames diagnósticos na Atenção Primária Exames diagnósticos e/ou terapêuticos realizados pelos profissionais da equipe de Atenção Primária, contemplando procedimentos e exames laboratoriais tais como: coleta de material de sangue para exame laboratorial; coleta de material de urina para exame laboratorial; coleta de material de escarro para exame laboratorial; coleta de material para exame citopatológico (exame de Papanicolau); aferição de glicemia capilar; realização do "teste do pezinho"; realização do "teste da orelhinha"; pesquisa de plasmódio; intradermoreação com derivado protéico purificado (PPD); pesquisa de gonadotrofina coriônica (teste de gravidez); teste rápido de gravidez; pesquisa de corpos cetônicos na urina; pesquisa de glicose na urina; coleta de exames sorológicos para confirmação de doenças transmissíveis de interesse da saúde pública; coleta de linfa para baciloscopia (hanseníase); baciloscopia de escarro (tuberculose); teste rápido para HIV e sífilis; e diagnóstico por imagem, quando possível. Atenção à saúde de pessoas com doenças transmissíveis epidemiologicamente relevantes para o país Atenção à saúde das pessoas com doenças epidemiologicamente relevantes para o país: tuberculose, hanseníase, hepatites, DST/AIDS, dengue, leishmaniose e doenças exantemáticas. É importante destacar que o cenário epidemiológico do Município de Alfenas/MG possuía um crescente número de casos de COVID-19 no período de 2021 a 2022, conforme Boletins Epidemiológicos publicados a época (Anexo 2), o que levou a consequente necessidade de atendimento da população para diagnóstico precoce, isolamento oportuno e manejo clínico adequado; ações e serviços de saúde esses desenvolvidos pela Atenção Primária a Saúde, cuja capacidade instalada começou a ser insuficiente, visto o número de casos sintomáticos e positivos para COVID-19 que demandavam atendimento, bem como a constante vacância de profissionais de saúde, os quais ficavam sintomáticos e/ou testavam positivo e necessitavam de isolamento oportuno. Dessa forma a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, juntamente com o Gabinete de Enfrentamento a COVID-19,



instituído pelo Decreto Municipal 2.522/2020 (Anexo 2), implantou uma Unidade de Básica de Atendimento a COVID19 (dispositivo que ficou popularmente conhecido como "Pronto Socorro Gripal"), a qual foi referência para as Estratégias Saúde da Família nas seguintes ações e serviços de saúde: fornecimento de insumos e materiais, como equipamentos de proteção individual, para a proteção dos profissionais das Estratégias de Saúde da Família referenciadas, fornecimento e realização in loco de exames diagnósticos conforme protocolo da COVID-19 vigente (Anexo 2), realização de consultas para casos sintomáticos respiratórios agudos, com ou sem a necessidade de observação, referenciados das unidades básicas sem capacidade para atendimento e oriundos de demanda espontânea das áreas sem cobertura de Estratégia Saúde da Família, todos esses serviços classificados pela RENASES como procedimentos de Atenção Primária à Saúde. Diante do cenário epidemiológico e do contexto da pandemia do novo coronavírus, a Secretaria Municipal de Saúde, para execução da Unidade Básica de Atendimento, realizou parceria com a Santa Casa de Alfenas para implantação do dispositivo em espaço físico anexo a unidade hospitalar, o que facilitava a logística de testagem, uma vez que a Secretaria não dispunha de local estratégico e de pronta implantação para abertura do serviço, ação que necessitava de ser realizada imediatamente. Considerando a urgente necessidade de implantação da Unidade Básica de Atendimento a COVID-19, considerando o perfil de ações de saúde a serem disponibilizadas por esta unidade conforme a RENASES, considerando a ausência de recursos disponíveis no momento frente a alta demanda de gastos com outras ações e serviços para o enfrentamento a COVID-19 a Secretaria Municipal de Saúde versou os recursos das Resoluções SES/MG 7165/2020 e SES/MG 7166/2020 com os seus objetos, porém através de estratégia de gestão eficiente frente a necessidade de assistência à saúde, implantando a unidade supracitada em parceria com a Santa Casa de Alfenas, a qual tornou-se ponto estratégico de desafogo para o município, ajudando a salvar inúmeras vidas que tiveram seu diagnóstico precoce realizado, tratamento clínico oportuno e isolamento estratégico. Frente ao exposto não há o que se falar em não aplicação adequada de recursos, uma vez que com as ações desenvolvidas pela SMS Alfenas os recursos em debate atingiram o objetivo que o Fundo Estadual de Saúde delineou através das Resoluções SES/MG 7165/2020 e SES/MG 7166/2020.

Análise da Justificativa: A pessoa jurídica da SMS de Alfenas apresentou justificativa intempestivamente, conjuntamente com a pessoa física D.C. de A. após tentativas de contato por e-mail e telefone celular. De acordo com as justificativas apresentadas, os recursos contemplados nas Resoluções SES/MG 7165/2020 e SES/MG 7166/2020 foram destinados a Santa Casa de Alfenas em parceria com a SMS para atendimentos componentes da atenção básica na assistência COVID-19. No entanto, verifica-se que a Resolução SES/MG 7165/2020 destaca: "Art. 2º - Os recursos financeiros de que trata esta Resolução serão repassados do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde beneficiários, conforme os valores constantes no Anexo I dessa Resolução e após assinatura de Termo de Compromisso, em consonância com o disposto no art.7º do Decreto Estadual nº 45.468/2010. § 1º - A assinatura prevista no caput deste artigo deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, a contar da disponibilização do Termo de Compromisso no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde - SIG-RES ou outra forma definida pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG). Esta documentação não foi apresentada para análise da equipe de auditoria. O artigo 6º informa que: " A execução dos recursos deverá ser precedida de processo licitatório, ou de adesão a Atas de Registro de Preços de órgãos públicos, conforme artigo 17 do Decreto Estadual nº. 45.468 /2010. Não foi apresentada documentação/ instrumento jurídico que contemple essa adesão para a execução dos recursos transferidos do FMS para a Santa Casa de Alfenas ou plano de trabalho (Art. 8º § 2º). O valor total contemplado para o município de Alfenas, foi de R\$ 152.000,00. Também não foi apresentada a análise do Termo de Metas, estabelecido no anexo II desta resolução, bem como a prestação de contas descritiva deste recurso, conforme descrito no Art. 8º, e " § 1º - O descumprimento dos indicadores ensejará na devolução dos recursos devidamente corrigidos ao Fundo Estadual de Saúde e § 2º - Os beneficiários terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação e assinatura de Plano de Trabalho de Aplicação dos Recursos, a contar da data da assinatura do Termo de Compromisso, contendo a descrição dos itens que se pretende adquirir atinentes ao grupo de despesa de custeio do orçamento do Estado de Minas Gerais, nos moldes disposto no Anexo IV desta Resolução. § 3º - O Plano de Trabalho de Aplicação dos Recursos deverá ser assinado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, nos moldes disposto no Anexo IV desta Resolução. Para a Resolução SES/MG 7166/2020, conforme já relatado na justificativa, os recursos destinavam-se a § 2º - Os beneficiários deverão utilizar os recursos recebidos tão somente em ações e serviços para enfrentamento ao COVID-19, voltados para as populações em situação de maior vulnerabilidade em saúde, tais como:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



população em situação de rua, populações privadas de liberdade adulta e adolescentes, comunidades quilombolas urbanas e rurais, ocupações urbanas e rurais, ciganos, circenses e demais povos comunidades tradicionais, assentamentos e acampamentos da reforma agrária, população negra, população LGBT e população rural. § 4º - Para a definição do valor do incentivo financeiro a que cada Município faz jus relativo a Estratégia Saúde da Família (ESF) implantadas em 2019, foi calculado o produto entre a competência com o maior número de equipes implantadas no período avaliado e o valor definido para cada quartil do Fator de Alocação (FA) e § 7º - Para a definição do valor do incentivo financeiro a que cada Município faz jus relativo as unidades prisionais existentes no território, foi calculado o produto entre quantitativo de unidades prisionais e o valor por faixa populacional, utilizando informações da Secretaria de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP. O Art. 5º - "A execução dos recursos deverá ser precedida de processo licitatório, ou de adesão a Atas de Registro de Preços de órgãos públicos, conforme artigo 17 do Decreto Estadual nº. 45.468/ 2010". Não foi apresentada a equipe de auditoria a documentação referente ao processo/ instrumento jurídico firmado entre a SMS e Santa Casa de Alfenas, com descrição da finalidade desta resolução. Não foi apresentado documentação comprobatória que comprove a utilização deste recurso, conforme preconizado na resolução (Art. 6º, Art.7º §§ 3º e 4º), tendo como valor total de recursos destinados a SMS de Alfenas contemplados nesta Resolução R\$ 40.650,00. Não foi apresentado a equipe o percentual da execução do plano de trabalho/ cumprimento da meta, conforme Anexo II desta Resolução, bem como o Anexo III. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, a justificativa apresentada não foi suficiente para corrigir a não conformidade. Propõe-se a SMS de Alfenas a aplicação da penalidade de Advertência Escrita e medida corretiva de Devolução ao FES no valor original de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para conta corrente 493033-9, Ag. 1615-2, Banco do Brasil, conforme proposição de devolução. A atualização monetária deverá ser feita utilizando o "Sistema de Débito do TCU "(Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>) e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de MG e ao Ministério Público Estadual em razão do disposto na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art. 2º, inciso III e art. 94 e Lei Complementar Estadual nº 34/1994, artigo 74, inciso XX c/c o artigo 110, inciso XXVI.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Recomendação: Efetuar a devolução imediata com Recursos Próprios ao Fundo Estadual de Saúde do valor original de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), devidamente atualizado, conforme indicado no capítulo de PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO deste relatório. O valor original deverá ser atualizado utilizando o Sistema de Débito do TCU (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>).

Recomendação: Realizar a devolução do valor total dos Recursos públicos de origem Estadual, que não tiveram a comprovação de sua aplicabilidade e acompanhamento do recurso e prestação descritiva de contas dentro do objeto contratado, bem como a ausência de instrumento jurídico de repasse entre o município e o prestador Santa Casa de Alfenas, conforme descrito nas Resoluções SES/MG n.º 7.165/2020 e Resolução SES/MG nº 7.166/2020. Observar a legalidade na formalização de instrumentos jurídicos com os prestadores privados/filantropicos para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal), destinados para a operacionalização das ações e serviços de saúde do SUS, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses e com o disposto na Portaria de Consolidação nº 1/2017 - art. 130 §3º; Lei Federal nº 8.666/1993, art. 62, caput; Portaria GM/MS nº 3390/2013 - art. 32, § 3º. Incs V e VI; Lei nº 8.080/90 - art. 24 - Parágrafo Único; Resolução CIT nº 04/2012 - Anexo I, item 4.1 alínea L e Resolução CIT nº 1/2022 - Anexo III, item 4.1 alínea L.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638961

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Comprovação de despesas

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade na Santa Casa de Alfenas.

Evidência: Em análise documental a Secretaria Municipal de Saúde (Contratos, Prestação de Contas dos Contratos, Extratos bancários) não comprovou a adequada aplicação dos Recursos Financeiros Federais de acordo com as normas previstas nos instrumentos jurídicos firmados. A SMS repassou recursos recebidos, porém não firmou os Contratos de Prestação de Serviços de Saúde nos Termos Aditivos apresentados à equipe (Sétimo e Oitavo) cujo o objeto é a Prestação de Serviços e a Implantação e Estruturação de Leitos - Covid - 19, visando a abertura de leitos de internação de baixa e média complexidades para pacientes suspeitos e/ou com diagnóstico confirmado do Corona vírus - Covid-19. Tal fato está em desacordo com Portaria Nº 1.666, de 1º de julho de 2020, Portaria GM/MS nº 1393/2020, art. 1º, 2º e 4º, § 1º, anexo, Portaria GM/MS nº 1448/2020, art. 1º § 1º e 2º, anexo, contrato nº 001/2016 (7º e 8º Termos Aditivos), Res. SES/MG 7.160/2020, Art. 5º, Art. 7º Parág. 1º e 2º, Art. 9º, Parág. Único.

Fonte da Evidência: -Contrato nº 001/2016 (7º e 8º Termos Aditivos);
-Ofício Santa Casa s/n de 19/02/2021;
- Portal da Transparência (<http://transparencia.alfenas.mg.gov.br/>), acessado em 09/12/2021
- Termo de Entrevista com Gestora SMS D.C.A. tomado em 16/12/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra. D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do Ofício Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: A justificativa da não conformidade em questão refere-se ao já exposto na resposta referente a Constatação Nº 638947, cujas informações complementares se encontram anexo.

Análise da Justificativa: Em análise à documentação, verifica-se que a justificativa apresentada pela SMS de Alfenas não faz referência a qualquer prestação de contas, comprovação de despesas ou aplicação dos recursos financeiros repassados pelo FNS ao FMS e destinados à Santa Casa.

A documentação apresentada, não comprova a devida aplicação dos recursos financeiros de origem do FNS, não contempla a celebração dos Instrumentos jurídicos, não estando, portando, devidamente instruídas. Salienta-se que a SMS não possui o instrumento de repasse que contemplasse as cláusulas de monitoramento e prestação de contas destes recursos do Eixo Covid-19, não sendo possível, portanto, a comprovação das despesa e devida aplicação dos recursos financeiros recebidos do FNS.

Salienta-se que o assunto da constatação é a não comprovação da adequada aplicação dos recursos financeiros, em consequência da não celebração de instrumento jurídico pela SMS junto à Santa Casa. O auditado se manifesta com a mesma justificativa da ausência do instrumento jurídico, não conformidade citada em outra constatação, alegando o fato de a Santa Casa ter sido definida como hospital de referência. Todavia, a SMS traz a questão que não se relaciona ao assunto da constatação.

Desta forma, a equipe considera que a manifestação apresentada não afasta a não conformidade, mantendo a proposição da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.436.319/0001-80

Recomendação: Formalizar Instrumentos Jurídicos com a Santa Casa de Alfenas tempestivamente, comprovando a legalidade e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



regularidade na utilização dos recursos financeiros do SUS transferidos à mesma, através da organização dos Processos de Pagamento e de Prestações de Contas, devidamente instruídos pelos contratos de prestação de serviços com a SMS de Alfenas para recebimento de recursos de origem pública, sejam eles municipais, estaduais ou federais, seguindo as premissas da legalidade determinadas nas legislações: Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, Título III, Capítulo I, Art. 89 §1º, Art. 94 §1º; Título IV Capítulo I, Art. 155 e Lei Complementar Nº 101, de 4 de Maio de 2000, Capítulo IX, Seção I Arts.48 e 49, Seção V Art. 58.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638962

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Contrapartida/EC 29

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas não aplicou adequadamente os recursos próprios para utilização em ações de média/alta complexidade no enfrentamento da COVID 19 na Santa Casa de Alfenas.

Evidência: Avaliando a documentação enviada para análise dos auditores, observou-se que no período de abrangência da auditoria CONTÁBIL, a SMS de Alfenas não aplicou/repassou recursos financeiros próprios, ou seja de origem do Tesouro Municipal, para a Santa Casa de Alfenas utilizar em ações de média/alta complexidade para enfrentamento do COVID 19. Posteriormente, foram apresentados documentos referentes a este fato, que demonstram que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas não aplicou adequadamente os recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade na Santa Casa de Alfenas. Constatou-se que todas as transferências realizadas ao Hospital Santa Casa de Alfenas foram de recursos de origem Estadual ou Federal. No Contrato nº01/2016 e seus aditivos não há previsão de aplicação de recursos próprios para enfrentamento de COVID-19 no referido hospital. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 06/2017 art. 2º, Lei Complementar 141/2012 art. 1º, inciso II e art. 7º.

Fonte da Evidência: -Extratos bancários e Relatórios Analíticos Diários das contas: Banco do Brasil Agência 168-6, conta corrente 62670-8;

-Caixa Econômica Agência 0095 - Conta 006/62431-0;

-Contrato nº001/2016 e aditivos; cópia do cartão de situação cadastral que comprova a inscrição do FMS no CNPJ.

-Termo de Entrevista com gestora D.C.A. tomada em 16/12/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do OFÍCIO Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, mesmo com a diminuição da arrecadação pela Prefeitura Municipal no período da pandemia da COVID-19, realizou a aplicação de recursos próprios no custeio das ações de enfrentamento a pandemia do coronavírus conforme pode se comprovar na documentação anexa (Anexo 3).

Análise da Justificativa: Analisando a documentação apresentada pelo auditado, observa-se que houve repasses, realizou a aplicação de recursos próprios no custeio das ações de enfrentamento a pandemia do coronavírus conforme pode se comprovar na documentação anexa (Anexo 3) onde verificou-se o repasse de recursos próprios através do Empenho 1078/21, NF 45441 e Comprovante de Transferência. Portanto, foram apresentadas justificativas e documentação suficientes para afastar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638966

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Comprovação da Despesa

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID -19 destinados a Santa Casa de Alfenas não estão em conformidade com instrumentos jurídicos formalizados e com a legislação vigente.

Evidência: Em análise aos documentos apresentados nas fases analítica e operativa, verificou-se que os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital Santa Casa de Alfenas não se encontram regulares e devidamente instruídos, com apresentação sequencial e compatibilidade cronológica de notas de empenho, notas de liquidação, comprovantes de transferências, termos de convênios, planos de trabalho, proposta de aquisição e cronograma de execução, porém não foi possível identificar a regularidade quanto ao cumprimento dos prazos e condições, conforme exigidos no Termo de Contratualização nº 002/2021 e aditivos. Não há compatibilidade entre a classificação orçamentária, o histórico e pagamentos nos empenhos, bem como referência ao processo licitatório desencadeante. Tal fato está desacordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 §2º - incisos I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19, art. 10 - inciso I ao VI - §1º e 2º e Lei Federal nº 8.666/93 - arts. 24 e 25 e Termos de Convênios 012/2020, 014/2020, 015/2020, 016/2020, 017/2020 - Cláusula Segunda - Item I - Alínea c) e Termo de Convênio 001/2021 - Cláusula terceira - Item I - Alínea c.

Fonte da Evidência: -Cópias de Termo de Contratualização nº 002/2021 e aditivos;
-Cópias de Processos de Pagamentos 2020/2021;
-Termo de Entrevista com gestora D.C.A. em 16/12/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do Ofício Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: O inesperado aumento no volume de trabalho na pandemia frente a necessidade de execução das ações assistências, dificultou a manutenção da organização dos processos de trabalho. A Secretaria Municipal de Saúde, reconhece fragilidades no processo de trabalho destacado pela equipe de auditoria, e como ação corretiva, reativou a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos (Anexo 4), a fim de que a mesma realize a análise dos processos de trabalho que vem sendo executados e recomende as devidas correções.

Análise da Justificativa: A SMS apresentou como justificativa, a ação corretiva de reativação da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos (Anexo 4) onde se verificou, através da Portaria Municipal 013/2023, a constituição da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Contratos. Foram apresentadas as Atas de reunião de 06/03/2023 e 18/01/2023, porém, não foi verificada na documentação apresentada a regularização, ainda que intempestiva, da não conformidade. Ressaltamos que, além da inexistência dos Instrumentos jurídicos, não foram apresentadas as comprovações de despesas, nem, tampouco, os Processos de pagamentos devidamente instruídos. Portanto a equipe considera que não foram apresentadas justificativas e documentação suficientes para serem acatadas. Mantém -se, assim, a proposição de Penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Recomendação: Comprovar a legalidade e regularidade na utilização dos recursos financeiros do SUS transferidos à mesma, através da organização dos Processos de Pagamento e de Prestações de Contas, devidamente instruídos pelos contratos de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



prestação de serviços com a SMS de Alfenas para recebimento de recursos de origem pública, sejam eles municipais, estaduais ou federais, seguindo as premissas da legalidade determinadas nas legislações: Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 §2º - incisos I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19, art. 10 - inciso I ao VI - §1º e 2º e Lei Federal nº 8.666/93 - arts. 24 e 25 e Termos de Convênios 012/2020, 014/2020, 015/2020, 016/2020, 017/2020 - Cláusula Segunda - Item I - Alínea c) e Termo de Convênio 001/2021 - Cláusula terceira - Item I - Alínea c.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638970

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com a Santa Casa de Alfenas para enfrentamento da COVID -19.

Evidência: Não foi apresentada documentação comprobatória específica (relatórios, atas ou planilhas) que demonstre o acompanhamento e fiscalização pela SMS de Alfenas, da execução das ações previstas nos instrumentos jurídicos firmados entre a SES/MG e seus Termos de Metas com a Santa Casa de Alfenas - COVID-19. Não possuem planejamento ou registros analíticos das metas estabelecidas nos Termos de Metas das Resoluções. A regulação das internações externas ou advindas do pronto atendimento do hospital, são realizadas pela Central de Regulação de Alfenas, e autorizadas pelo médico do hospital. A SMS forneceu o relatório de Internações aprovadas pelo SUSFácilMG do período solicitado, extraído do próprio sistema de informação, mas não apresentou o indicador percentual de utilização calculado e a meta quantitativa atingida. A SMS de Alfenas não estabeleceu instrumentos jurídicos para o monitoramento dos repasses dos recursos destinados a COVID-19 de origem federal e estadual repassados pelo FMS de Alfenas à Santa Casa de Alfenas. Todas as internações apresentadas e analisadas, foram aprovadas pela SMS de Alfenas através do SIHD2. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art.33; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., n°; Resolução SES/MG nº7.160/2020, art. 7º e Anexo IV, indicador 1, item 1.7; Resolução SES/MG nº 7.265 de 21/10/2020 arts. 6º e 7º e anexo V; Resolução SES/MG nº 7.384 de 29/01/2021 arts. 6º e 7º; Resolução SES/MG nº 7.396 de 09/02/2021 arts. 6º e 7º e anexo IV; Resolução SES/MG nº 7.446 de 19/03/2021 arts. 6º e 7º.

Fonte da Evidência: -Relatórios de internações aprovadas pelo SUSFácilMG por paciente (junho de 2020 a setembro de 2021);
-Espelhos de AIH (junho de 2020 a setembro de 2021);
-Termo de Entrevista com secretária municipal de saúde D.C. de A. na data de 16/12/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra. D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do OFÍCIO Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: A justificativa da não conformidade em questão refere-se ao já exposto na resposta referente a Constatação Nº 638966, cujas informações complementares se encontram anexo.

Análise da Justificativa: A equipe de auditoria analisou as justificativas, e verificou que não foi apresentada documentação que comprovasse o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos e sua formalização para os repasses de recursos públicos, referentes ao Eixo Covid-19, bem como o seu monitoramento. Após a análise do Anexo 4, que contempla: Portaria Municipal Nº 013/2023 datada de 10/01/2023, que constitui a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde (composta por 4 servidores municipais e uma servidora da procuradoria geral do município para fins consultivos), juntamente com as atas de reunião com os prestadores de serviço Hospital Alzira Avelano e Santa Casa de Alfenas. Verificou-se que a comissão está em desacordo com o previsto na legislação, a qual determina que a composição deve contemplar no mínimo: um representante do ente federativo contratante (SMS de Alfenas) e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



um representante do prestador de serviços de saúde (hospital contratualizado); Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Seção-IV Da Comissão de Acompanhamento da Contratualização- Art. 32. Será instituída pelo ente federativo contratante a Comissão de Acompanhamento da Contratualização, que será composta, no mínimo, por 1 (um) representante do ente federativo contratante e um representante do hospital contratualizado. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, a justificativa apresentada não foi suficiente para corrigir a não conformidade. Propõe-se a SMS de Alfenas a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Recomendação: Formalizar instrumentos jurídicos formalizados para com seus prestadores de serviço a fim de acompanhar os repasses de recursos públicos, as metas estabelecidas e execução dos serviços. Deverá também alterar a Portaria Municipal Nº 013/2023 datada de 10/01/2023, que constitui a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo o representante do prestador de saúde (Santa Casa de Alfenas), para acompanhamento exclusivo da contratualização e convênios com este prestador, e outra Portaria para acompanhamento de contratualização com o outro prestador. Sugere-se que as reuniões de monitoramento e acompanhamento das metas e cláusulas da contratualização, sejam realizadas oportunamente por prestador. Deve-se estabelecer planejamento e registros analíticos dessas metas e serviços, conforme preconizado na LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, Título III, Capítulo I, Art. 89 §1º, Art. 94 §1º e LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, Capítulo IX, Seção I Arts. 48 e 49, Seção V Art. 58, Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Seção IV, Arts. 32 e 33 e Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'n'.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 638973

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 da Santa Casa de Alfenas.

Evidência: A SMS não possui um mecanismo de aferição da ocupação dos leitos destinados ao atendimento COVID-19 na Santa Casa de Alfenas. Não foi realizado nenhum monitoramento ativo pelo componente de regulação do município, para verificação em tempo real das internações descritas e a efetiva ocupação destes leitos, principalmente quanto à questão de negativas para leitos de UTI COVID Adulto. Diariamente através de e-mail ou telefone, o núcleo de vigilância epidemiológica da Santa Casa de Alfenas encaminha as notificações de casos por suspeita e confirmação de SRAG /COVID-19 para a SMS, mas não foi apresentado nenhuma comprovação documental de controle da ocupação de leitos, realizada pela SMS. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Sul - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens III e IV.

Fonte da Evidência: -Relatório SUSFácilMG internações realizadas referente aos meses 06/2020, 10/2020, 01/2021 e 01/07 a 08/07/2021(operativa).

-Termo de Entrevista com a Secretaria de Saúde D.C. de A. na data de 16/12/2021;

Conformidade: Não Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do Ofício Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: Não foi apresentada manifestação para essa não conformidade.

Análise da Justificativa: Não foram apresentadas manifestações para essa não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Recomendação: A SMS de Alfenas deverá estabelecer um mecanismo de aferição da ocupação dos leitos destinados aos usuários do SUS na Santa Casa de Alfenas e realizar monitoramento ativo de seus prestadores de serviços de saúde, através do componente de regulação do município, executando as funções do serviço de Regulação, Controle e Avaliação do Município, conforme estabelecido na Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 638974

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Alta Complexidade

Constatação: A SMS realiza parcialmente controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pela Santa Casa de Alfenas, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: A SMS de Alfenas, setor de regulação, tem como forma de acompanhamento da produção de internações, as informações fornecidas através do sistema SIHD2, utilizando a crítica do próprio sistema. Não foi apresentado metodologia de análise para verificação das inconformidades alertadas pelo sistema ou de supervisão destas internações no local / Hospital. Após a resolução da crítica apresentada no sistema SIHD2, os relatórios de produção são liberados pelo sistema para que o processo de pagamento/repasso seja realizado pela SMS ao prestador. Não foi apresentado relatórios de avaliação e análise realizados pela SMS de Alfenas, como demonstrativo de controle e avaliação destas internações. O médico autorizador/regulador da SMS atua para autorização das internações com solicitação eletiva. Tal fato esta em desacordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso I; Resolução CIT nº04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n); Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37 § 3º inciso VII - municípios; Portaria SAES/MS nº 245, de 24 de março de 2020, art. 5º e Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar do SUS, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396, de 14/04/2000 (versão de 01/2017), item 4.3 p. 9. Auditado sujeito a penalidade de Advertência Escrita.

Fonte da Evidência: -Relatórios emitidos pelo SIHD2- Descritivo de tratamento/diárias de UTI COVID, do período de maio de 2020 a abril de 2021;
-Relatório SIHD2 espelhos de AIHs aprovadas do período de maio de 2021 a outubro de 2022 (diligência);
-Termo de Entrevista com Secretária Municipal de Saúde D. C. de A. na data de 16/12/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do Ofício Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: O controle e avaliação da produção referente as internações



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



realizadas no período de 2020 a 2021 na Santa Casa de Alfenas era realizado ao passo que os dados de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) eram inseridos no Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado (SIHD2), não dispondo a Secretaria Municipal de Saúde de recursos humanos disponíveis à época para realizar uma análise comparativa.

Análise da Justificativa: A pessoa jurídica da SMS de Alfenas apresentou justificativa conjunta com a pessoa física D.C de A. intempestivamente, excedendo ao período de prorrogação de prazo concedido e, após tentativas de contato por e-mail e efetivo contato por telefone celular com o atual secretário. Após a análise da manifestação, a alegação do auditado de que "no período de 2020 a 2021 na Santa Casa de Alfenas era realizado ao passo que os dados de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) eram inseridos no Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado (SIHD2)", não caracteriza controle eficiente da produção e principalmente da avaliação da assistência prestada, bem como não foi identificada documentação comprobatória que indique a correção da não conformidade e mecanismos de controle criados para tal finalidade. Desta forma, propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Recomendação: A SMS de Alfenas deverá estabelecer instrumentos para controle e avaliação, como relatórios comparativos, analíticos para avaliação das rejeições, negativas e mudanças de procedimento referente a produção das internações de urgência e eletivas. Realizar com periodicidade visitas de supervisão médica, com finalidade de verificação da produção, códigos de procedimento e mudança dos códigos de procedimento, conforme preconizado na Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso I; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n); Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37 § 3º inciso VII - municípios; Portaria SAES/MS nº 245, de 24 de março de 2020, art. 5º e Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar do SUS, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396, de 14/04/2000 (versão de 01/2017), item 4.3 p. 9.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638975

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS de Alfenas não valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas da Santa Casa de Alfenas conforme estabelecido nas normas que regulamentam os repasses.

Evidência: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados à Santa Casa de Alfenas não se encontram regulares e devidamente instruídos. Foi apresentada documentação com existência de notas de empenho, notas de liquidação, comprovantes de transferências, porém, estes não estão instruídos e organizados nos termos do Convênio. Não apresentaram planos de trabalho físico e cronologicamente compatíveis, propostas de aquisição ou cronograma de execução, não sendo, portanto, validados como comprovativos de regularidade quanto ao cumprimento dos prazos e condições, conforme exigidos no Termo de Contratualização e aditivos, nos termos de convênio de repasses. Mediante a documentação apresentada e analisada pela equipe de auditoria, não foi possível comprovar que a SMS de Alfenas acompanha as ações ou monitora qualquer procedimento de controle dos recursos financeiros recebidos para o enfrentamento da COVID-19. Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 §2º - incisos I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19, art. 10 - inciso I ao VI - §1º e 2º e Lei Federal nº 8.666/93 - Arts. 24 e 25, Portaria de Consolidação 02/2017, Anexo XXVI, incisos I e II; Res. SES/MG nº 4.606/2014, Art. 3º, Parág. 1º e 2º e Art. 4º.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: -Termo de Entrevista com a gestora D.C.A., na data de 16/12/2021;
-Ata Outubro 2021 (27-10 -2021) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS;
-Print portalsage.saude.gov.br, acessado em 26/11/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do OFÍCIO Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: Não foi apresentada manifestação para esta não conformidade.

Análise da Justificativa: Não foram apresentadas manifestações para essa não conformidade, tendo a equipe de auditoria decidido por manter a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Recomendação: Validar tempestiva e intempestivamente, os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas da Santa Casa de Alfenas, adequando os instrumentos de gestão, conforme estabelecido nas normas que regulamentam os repasses previstos na Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 §2º - incisos I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19, art. 10 - inciso I ao VI - §1º e 2º e Lei Federal nº 8.666/93 - Arts. 24 e 25, Portaria de Consolidação 02/2017, Anexo XXVI, 10 incisos I e II; Res. SES/MG nº 4.606/2014, Art. 3º, §§. 1º e 2º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação **Constatação Nº:** 638976

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PS

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas não promoveu ajustes no Plano Municipal de Saúde nem na Programação Anual de Saúde 2020 inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da Covid-19.

Evidência: Durante a fase analítica da auditoria, verificou-se que A SMS de Alfenas não elaborou um documento para complementar o Plano Municipal de Saúde (PMS) de 2018-2021, com informações referentes ao enfrentamento da Covid-19. Deste modo, o PAS de 2020 não está em consonância com o PMS, e nem com o Plano de Contingência, pois não contém informações sobre a operacionalização das novas metas que foram inseridas neste instrumento, para enfrentamento da Covid-19. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, artigo 97 e com a Nota Técnica N º 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: -Cópia do Plano Municipal de Saúde 2018 a 2021;
-Cópia do Plano Anual de Saúde de Alfenas/MG, Ano 2020;
-Ata da Reunião Extraordinária de 24 de junho de 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do OFÍCIO Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: Ao decorrer da ascensão da pandemia do novo coronavírus, com o aumento da demanda de trabalho, a escassez de recursos humanos e a suspensão de reuniões do Conselho Municipal de Saúde culminou na não atualização e inserção das ações da COVID-19 na Programação Anual de Saúde



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



(PAS), porém cabe destacar que os referidos instrumentos de gestão foram a posteriore avaliados e cancelados pelo Conselho Municipal de Saúde de Alfenas, conforme documentação anexa (Anexo 5).

Análise da Justificativa: A SMS promoveu, intempestivamente, as devidas adequações no Plano Municipal de Saúde e na Programação Anual de Saúde 2020 inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da Covid-19, contemplando as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos recebidos, conforme disposto nas legislações vigentes.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 638977

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A SMS de Alfenas não apresentou os RDQAs ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Alfenas possui Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores (RDQAs) referentes ao período de março de 2020 a maio de 2021. Porém, estes não foram apresentados ao CMS. Em reunião realizada pela equipe e membros da SMS e CMS na data de 24/06/2021, consta em Ata o relato do representante do CMS informando e questionando a falta dessa prestação de contas para o conselho bem como de outros recursos recebidos. Não foi apresentada à Câmara de Vereadores, conforme relato da própria gestora. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Art. 100 e com a Lei Complementar nº 141/2012. Art. 36.

Fonte da Evidência: - RDQAs 2020
- Ata de reunião em 24 de junho de 2021.
- Termo de Entrevista D.C.A. em 16/12/2021

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do OFÍCIO Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: Os instrumentos de Gestão em questão foram apresentados a Câmara de Vereadores e ao Conselho Municipal de Saúde em tempo conforme documentação anexa (Anexo 5). Ressalta-se que os instrumentos foram objeto de análise do Conselho Municipal de Saúde após visita da equipe de auditoria e obteve a aprovação dos referidos dados no Relatório Anual de Gestão que também segue anexo.

Análise da Justificativa: A SMS promoveu, tempestivamente, as devidas adequações nos Relatórios Quadrimestrais e de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas contemplando as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos recebidos, conforme disposto nas legislações vigentes.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 638978

Subgrupo: Relatório de Gestão



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O Relatório Anual de Gestão/2020 da Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Após extração de dados em sites oficiais e análise dos documentos apresentados verificou-se que o Relatório Anual de Gestão 2020 da Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas não contemplou as informações referentes aos resultados das ações de enfrentamento da COVID 19, bem como as prestações de contas dos recursos recebidos e vinculados ao enfrentamento da Pandemia da COVID 19. O RAG/2020 não foi adequadamente apresentado devido não haver comprovação de sua apresentação ao CMS. Em reunião realizada pela equipe DE AUDITORIA e membros da SMS e CMS na data de 24/06/2021, consta em Ata o relato do representante do CMS informando e questionando a falta dessa prestação de contas, bem como das ferramentas de gestão, dentre ele o RAG, para o conselho bem como de outros recursos recebidos. Tal fato está em desacordo com Lei Complementar nº141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º; Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº141/2012 Art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º; Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV, Capítulo I Art. 99 §1º incisos I a IV; Decreto Federal nº 1.651/1995 Art. 6º §3º incisos I, II, III e IV; e Portaria GM/MS Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020 Caput e art. 6º.

Fonte da Evidência: - Ata Reunião em 26 de junho de 2021
- Termo de informação gestora em 25 de junho de 2021
- Termo de Entrevista D.V.A. em 16/12/2021
- RAG/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do OFÍCIO Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: O Instrumento de Gestão em análise foi complementado e devidamente submetido ao Conselho Municipal de Saúde sendo aprovado sem ressalvas conforme consta em documentação anexa (Anexo 5).

Análise da Justificativa: A SMS promoveu, intempestivamente, as devidas adequações nos Relatórios Anuais de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas contemplando as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos recebidos, conforme disposto nas legislações vigentes, a saber: Lei Complementar nº141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º; Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº141/2012 Art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º; Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV, Capítulo I Art. 99 §1º incisos I a IV; Decreto Federal nº 1.651/1995 Art. 6º §3º incisos I, II, III e IV; e Portaria GM/MS Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020 Caput e art. 6º.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638979

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: A SMS não promoveu a devida alteração/complementação nas LDO's (2020 e 2021) para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Em análise documental, constatou - se que não consta nas LDO's (2020 e 2021) apresentadas, as alterações e complementação identificando as ações, programas e despesas relacionadas ao enfrentamento da COVID-19. Foi informado pela gestora e representantes dos setores responsáveis pelas informações requeridas, que não há documentação que comprove que a SMS providenciou as medidas e os trâmites adequados para aprovação e publicação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de alteração/complementação da LDO.

Tal fato está em desacordo com Decreto Federal Nº 10.360/2020 Art. 1º incisos I, II e III; Instrução Normativa Nº 41/2020 Art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III.

Fonte da Evidência: -LDO's 2020/2021;
-Oitiva com a gestora, D.C.A., tomada em 28/05/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 - Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L. dos S., encaminhou intempestivamente, através do OFÍCIO Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: Não foi apresentada manifestação para esta não conformidade.

Análise da Justificativa: Não foram apresentadas manifestações para essa não conformidade, tendo a equipe de auditoria decidido por manter a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Recomendação: Promover as devidas alterações nas LDO's, tempestivamente, para identificar as ações, programas e despesas para os devidos exercícios, em observação ao disposto no Decreto Federal Nº 10.360/2020 Art. 1º incisos I, II e III; Instrução Normativa Nº 41/2020 Art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 651868

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Execução

Constatação: Repasse irregular de recursos de origem Federal, referente a dotação /fonte 1154 - outras transferências de recursos do SUS COVID-19, para execução de Hospital de Campanha no município de Alfenas sem observância aos critérios exigidos pela legislação.

Evidência: Através de análise documental, verificou-se que no Plano de Contingência do município de Alfenas (29/4/2020), na pg. 7, item 3 - metas assistenciais, consta o fortalecimento da rede de urgência para atendimento ao COVID-19, tendo como ações a criação de Pronto Socorro Grupal, nos hospitais Universitário Alzira Velano e Santa Casa de Alfenas, com previsão orçamentaria R\$ 800.000,00 para Santa Casa de Alfenas. Para fortalecimento dos hospitais: credenciamento de novos leitos de UTI para COVID-19, e Ampliação da Infraestrutura do hospital Regional de referência, com previsão de R\$ 1.000.000,00. Prover equipamentos necessários (através - cessão de uso) para UTI do hospital de referência no valor de R\$ 500.000,00. Não foram inseridas as dotações orçamentárias para o repasse do recurso e/ou previsões durante a pandemia e não contempla investimentos em Hospital de Campanha. Não foi apresentada documentação comprobatória de projeto e execução que comprovem a caracterização do hospital de campanha anexo à Santa Casa conforme legislação. Os pagamentos foram efetivados por meio dos seguintes documentos analisados pela Equipe: empenhos e NF: EO 2044/20, dotação funcional 10.302.0014- projeto 2196- manutenção de serviço de assist. amb. e hosp. de média e alta complexidades -finalização das instalações de obra Hospital Regional de Campanha para COVID-19, valor R\$ 500.000,00, liquidação 4001, OP 4212, pago a Santa Casa, através da emissão da NF Nº41.896 (21/9/20) descrita como serviços de atividade médica CNAE 8630-5/01 e o empenho EO 2513/20 de 02/12/2020, valor de R\$ 1.000.000,00,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



liquidação 5246, OP 5465, referente a Hospital de Campanha, encontro de contas de 09/2020, apresentado pela Santa Casa através da NF Nº 42.920 (27/11/2020).

A EVIDENCIA COMPLETA ESTÁ NO ANEXO 2 DESTES RELATÓRIO

Tal fato está em desacordo com a PT Nº 1.514, de 15/06/20, alterada pela PT 1.863, de 29/07/20, art. 3º incisos de I a III, art. 4º, art. 5º inciso I a IV e art. 9º.

Fonte da Evidência: Plano de Contingência Alfenas 2020;

Empenho 2044/20 -liquidação 4001,- OP 4212 / NF Santa Casa de Alfenas Nº41.896, datada de 21/9/2020;

Empenho 2513/20 de 02/12/2020 - liquidação 5246, OP 5465/ NF Nº 42.920 datada de 27/11/2020;

Extrato Bancário conta MG 310160 FMS CT SUS custeio 0095/006/00624031-0 - código da operação 60468276, ref. ao EO 2044/20;

Extrato Bancário conta MG 310160 FMS CT SUS custeio 0095/006/00624031-0 - código da operação 67769986, ref. ao EO 2513/20.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2 -Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 ambos de 03/08/2023, a pessoa jurídica SMS de Alfenas e a pessoa física Sra D.C. de A. foram notificados e o atual representante da pessoa jurídica SMS de Alfenas, o Sr. T.L dos S., encaminhou intempestivamente, através do OFÍCIO Nº 431/2023 - Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/11/2023 as seguintes manifestações: A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas frente ao crescente aumento do número de casos (como mostra os boletins epidemiológicos da época - anexo da Constatação Nº 638959); Frente também ao aumento da complexidade dos casos dos seus municípios e de pacientes dos 26 municípios que compõem a Microrregião Alfenas/Machado, necessitando cada vez mais de assistência de média e alta complexidade; Face ainda a ausência de capacidade instalada do prestador elencado pelo Plano de Contingência da SES/MG (Anexo 1) como referência para o atendimento de COVID19, a saber a Santa Casa de Caridade de Alfenas; Houve dessa forma a necessidade de aumentar a capacidade instalada de média e alta complexidade com consequente fornecimento de um maior número de leitos, ação já prevista no Plano de Contingência Municipal (Anexo 2), no eixo "Ampliar a infraestrutura do hospital de referência regional para COVID-19" e "Prover equipamentos necessários (através de cessão de uso) para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital de Referência" sendo previsto um aporte de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), recurso este que foi destinado a instituição e havendo o aumento da capacidade instalada dentro do proposto no Plano de Contingência Estadual (Anexo 1). Destaca-se que no Plano de Contingência Municipal não havia previsibilidade de Hospital de Campanha conforme legislação do Ministério da Saúde, e que em momento algum há a implantação do dispositivo em questão, porém por erro material do Setor de Contábil houve a realização de empenho com a nomenclatura "Hospital Regional de Campanha para COVID-19", porém o aporte financeiro se destinava ao Hospital de Referência elencado no Plano de Contingência do Estado. Dessa forma há que se considerar que o recurso foi aportado corretamente, como previsto no Plano de Contingência Municipal, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e atingiu seu objetivo, que era a ampliação da assistência de média e alta complexidade a população. Sendo assim não o que se falar em devolução de recurso.

Análise da Justificativa: De acordo com o plano de contingência do município de Alfenas, existe referência a ampliação de infraestrutura do Hospital de referência regional COVID-19, com o repasse de R\$1.000.000,00, sem a especificação da fonte do recurso. O Hospital teve seus setores remanejados e adequação de ala de internação para UTI COVID-19. Quanto a execução do pronto-socorro gripal, não foi apresentada projeto, planta ou prestação de contas referente a esta "obra" ou adaptação.

Quanto ao repasse do valor de R\$ 500.000,00 o auditado informa ser referente a "prover de equipamentos necessários" (através de cessão de uso), para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), da Santa Casa de Alfenas e que foi descrito equivocadamente como - fins para finalização das instalações da obra de Hospital Regional de Campanha, cujo empenho EO 2044/20, tem dotação funcional 10.302.0014- projeto 2196- manutenção de serviço de assist. amb. e hosp. de média e alta complexidades - finalização das instalações de obra Hospital Regional de Campanha para COVID-19, valor R\$ 500.000,00, liquidação 4001, OP 4212, pago a Santa Casa, através da emissão da NF Nº41.896 (21/9/20) descrita como serviços de atividade médica CNAE 8630-5/01. Durante as fases analítica e operativa de auditoria, verificou a execução de Termos de Cessão de equipamentos realizados diretamente entre a SES/MG e o prestador. A apresentação de NF e documentos pela Santa Casa de Alfenas referente a aquisição de equipamentos médico hospitalares, não apresenta



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



descritivo que contemple a origem deste recurso, impossibilitando a confirmação da aplicabilidade informada. Sendo as notas de Empenho e descritivos considerados documentos legais e comprobatórios, e constando as informações de que foram destinados a utilização para execução e finalização de obras de hospital de campanha, além da ausência de documentação comprobatória da aplicação adequada do recurso. Não foi identificado repasse de recurso próprio para auxílio COVID-19, conforme informações do RAG 2020, gerado em 12/08/2021. Desta forma, propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita e medida corretiva de devolução com recursos próprios do valor original de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ao FNS, conforme indicado no capítulo de PROPOSIÇÃO DE DEVOLUÇÃO deste relatório. A atualização monetária deverá ser feita utilizando o "Sistema de Débito do TCU" (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>) e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado, conforme a Lei Complementar Federal nº 141/2012, art. 27, art. 38. Inciso V.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Recomendação: Realizar a devolução do valor total dos Recursos públicos de origem Federal, que não tiveram a comprovação de sua aplicabilidade e acompanhamento do recurso, conforme os empenhos: EO 2044/20 e 2513/20, prestação descritiva de contas dentro do objeto contratado, e instrumento jurídico de repasse entre o município e o prestador Santa Casa de Alfenas. Recomenda-se a execução de instrumentos jurídicos para repasse dos recursos públicos aos prestadores, e revisão dos empenhos para que não ocorram equívocos nos repasses e seus objetos, observando a legalidade na formalização de instrumentos jurídicos com os prestadores privados/filantropicos para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal), destinados para a operacionalização das ações e serviços de saúde do SUS, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses e com o disposto na Portaria de Consolidação nº 1/2017 - art. 130 §3º; Lei Federal nº 8.666/1993, art. 62, caput; Portaria GM/MS nº 3390/2013 - art. 32, § 3º. Incs V e VI; Lei nº 8.080/90 - art. 24 - Parágrafo Único; Resolução CIT nº 04/2012 - Anexo I, item 4.1 alínea L e Resolução CIT nº 1/2022 - Anexo III, item 4.1 alínea L.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

Recomendação: Efetuar a devolução imediata com Recursos Próprios ao Fundo Nacional de Saúde do valor original de R\$ 1 500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), devidamente atualizado, conforme indicado no capítulo de PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO deste relatório. O valor original deverá ser atualizado utilizando o Sistema de Débito do TCU (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11 436.319/0001-80

VI - PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO

1- Prejuízo: Sim

1.1- Fundo de Origem: Federal

1.1.1- Devolução p/ o Fundo: Federal



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



1.1.1.1- Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco

Data Fato Gerador: 21/09/2020 Devolução Nº: 410492 Constatação Nº: 651868

Complemento do Bloco: Repasse irregular de recursos de origem Federal, referente a dotação /fonte 1154 - outras transferências de recursos do SUS COVID-19, para execução de Hospital de Campanha no município de Alfenas sem observância aos critérios exigidos pela legislação

Documentos Comprobatórios: Plano de Contingência Alfenas 2020,
Empenho 2044/20 -liquidação 4001,- OP 4212 / N F Santa Casa de Alfenas Nº41.896, datada de 21/9/2020;
Empenho 2513/20 de 02/12/2020 - liquidação 5246, OP 5465/ NF Nº 42.920 datada de 27/11/2020.
Extrato Bancário conta MG 310160 FMS CT SUS custeio 0095/006/00624031-0 - código da operação 60468276, ref. ao EO 2044/20.
Extrato Bancário conta MG 310160 FMS CT SUS custeio 0095/006/00624031-0 - código da operação 67769986, ref. ao EO 2513/20.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Ordem de Pagamento	4212	Repasse irregular de recursos de origem Federal, referente a dotação /fonte 1154 - outras transferências de recursos do SUS COVID-19, Fundamento Legal: PT Nº 1.514, de 15/06/20, alterada pela PT 1.863, de 29/07/20, art. 3º incisos de I a III, art. 4º, art. 5º inciso I a IV e art. 9º.	500.000,00
Total da Data do Fato Gerador: 21/09/2020			500.000,00

Data Fato Gerador: 27/11/2020 Devolução Nº: 410493 Constatação Nº: 651868

Complemento do Bloco: Repasse irregular de recursos de origem Federal, referente a dotação /fonte 1154 - outras transferências de recursos do SUS COVID-19, para execução de Hospital de Campanha no município de Alfenas sem observância aos critérios exigidos pela legislação

Documentos Comprobatórios: Plano de Contingência Alfenas 2020,
Empenho 2044/20 -liquidação 4001,- OP 4212 / N F Santa Casa de Alfenas Nº41.896, datada de 21/9/2020;
Empenho 2513/20 de 02/12/2020 - liquidação 5246, OP 5465/ NF Nº 42.920 datada de 27/11/2020.
Extrato Bancário conta MG 310160 FMS CT SUS custeio 0095/006/00624031-0 - código da operação 60468276, ref. ao EO 2044/20.
Extrato Bancário conta MG 310160 FMS CT SUS custeio 0095/006/00624031-0 - código da operação 67769986, ref. ao EO 2513/20.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Ordem de Pagamento	5465	Repasse irregular de recursos de origem Federal, referente a dotação 1.000.000,00 /fonte 1154 - outras transferências de recursos do SUS COVID-19, Fundamento Legal: PT Nº 1.514, de 15/06/20, alterada pela PT 1.863, de 29/07/20, art. 3º incisos de I a III, art. 4º, art. 5º inciso I a IV e art. 9º.	



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Total da Data do Fato Gerador: 27/11/2020	1.000.000,00
Total do Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco	1.500.000,00
Total do Fundo p/ Devolução: Federal	1.500.000,00
Total Fundo de Origem: Federal	1.500.000,00

1.2- Fundo de Origem: Estadual

1.2.1- Devolução p/ o Fundo: Estadual

1.2.1.1- Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco

Data Fato Gerador: 10/03/2021 Devolução Nº: 403320 Constatação Nº: 638959

Complemento do Bloco: A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de atenção primária do município, conforme legislação.

Documentos Comprobatórios: Notas fiscais emitidas pela Casa de Caridade de Alfenas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: Nº 4.4512 de 05/3/2021 e Nº 4.4513 de 05/3/2021.
Empenhos e ordem de pagamento : EO- 644/21 e OP- 648653(pago em 10/3/2021) ; EO 645/21 e OP 648652 (pago em 10/3/21)
Extratos bancários : Documento 031001

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota de Empenho	64421	Uso irregular do recursos COVID recebido através de resolução estadual, que deveria ter sido aplicado para suporte de atendimento na atenção primária. Fundamento Legal: Resolução SES/MG N.º 7.165, de 20/07/2020 arts. 1º, 2º § 2º, art. 4º e art. 9º Resolução SES/MG N.º 7.166, de 20/07/2020 arts. 1º, 2º § 2º, art. 3º § 2º e § 3º, art. 5º e art. 8º I e II.	100.000,00
Nota de Empenho	64521	Uso irregular do recursos COVID recebido através de resolução estadual, que deveria ter sido aplicado para suporte de atendimento na atenção primária. Fundamento Legal: Resolução SES/MG N.º 7.165, de 20/07/2020 arts. 1º, 2º § 2º, art. 4º e art. 9º Resolução SES/MG N.º 7.166, de 20/07/2020 arts. 1º, 2º § 2º, art. 3º § 2º e § 3º, art. 5º e art. 8º I e II.	40.000,00

Total da Data do Fato Gerador: 10/03/2021	140.000,00
Total do Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco	140.000,00
Total do Fundo p/ Devolução: Estadual	140.000,00
Total Fundo de Origem: Estadual	140.000,00
Total Prejuízo: Sim	1.640.000,00
Total Geral:	1.640.000,00

Qualificação do(s) Responsável(eis)

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CNPJ: 11.436.319/0001-80



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Endereço Comercial: Praça Dr. Emílio da Silveira, 68, CENTRO, ALFENAS/MG

Devolução Nº(s): 403320, 410492, 410493

VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 03/08/2023

Ofício Nº: 4522023

Data: 03/08/2023

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 03/08/2023

Ofício Nº: 4512023

Data: 03/08/2023

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica T.L.S Secretaria de Saúde de Alfenas

VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio dos Ofícios de Notificação: Ofício SES/AUDSUS nº. 451/2023 de 03/08/2023 e Ofício SES/AUDSUS nº. 452/2023 de 03/08/2023, foram encaminhados o Relatório Preliminar de Auditoria nº 655 à SMS de Alfenas e a Sra. Deyv Cabral de Assis (secretária municipal de saúde), para conhecimento e manifestação. Os ofícios de Notificação foram recebidos: pela SMS de Alfenas em 17/08/2023 conforme AR BR 9293674-0 BR e para a Sra. Deyv Cabral de Assis, houve devolutiva ao remetente, sendo realizada nova tentativa através do endereço da SMS de Alfenas, através da AR BR 92937467-5 BR de 01/09/2023 tendo sua comprovação de recebimento em 12/09/2023. Em 13/09/2023, através do Ofício Nº 605/2023/SMS a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas solicitou a prorrogação do prazo para manifestação que lhe foi concedida por meio do Ofício SES/URSPDU-ARAS-SUS/MG Nº. 9/2023 de 20/09/2023 encaminhado ao auditado via e-mail SEI Nº 73740567 no Processo nº 1320 01.0017766/2021-78.

A SMS de Alfenas não encaminhou tempestivamente a manifestação, sendo realizada tentativa de comunicação por telefone sem sucesso e encaminhamento de e-mail, datado de 17/11/2023 e reencaminhado através de e-mail SEI 77514848 datado de 24/11/2023. Tentado novo contato através de telefone celular pertencente ao atual secretário de saúde municipal T.L. da S., com sucesso, tendo estabelecido prazo de inserção das justificativas no SEI para 27/11/2023. As justificativas apresentadas pela SMS de Alfenas em conjunto com a pessoa física D.C. de A. foram analisadas pela equipe com ocorrência de acatamento, acatamento parcial e não acatamento devido a não correção das irregularidades e/ou falta de comprovação documental das alegações. Assim, a equipe emitiu o Relatório Final de Auditoria que foi encaminhado a SMS de Alfenas e demais agentes responsabilizáveis, concedendo-lhes prazo para interposição de recurso em segunda instância.

IX - CONCLUSÃO



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas foi auditada pela equipe de auditoria da SES/MG e o objetivo de avaliar os repasses, utilização dos recursos financeiros e as ações assistenciais de enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a dezembro/2021, foi alcançado. Alfenas é município pertencente a macrorregião de saúde Sul, habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, DE 17 de março de 2021. A unidade visitada foi a Santa Casa de Alfenas e a referida unidade hospitalar foi definida no Plano de Contingência Operativo da Macrorregião Sul para o município de Alfenas, por ter atendimento ao SUS e fins filantrópicos. Dessa forma, no que se refere a execução orçamentária e repasses dos recursos financeiros destinados ao enfrentamento da COVID-19 para a Santa Casa de Alfenas foram identificadas as irregularidades: não foram realizados instrumentos jurídicos para repasse dos recursos federais entre a SMS de Alfenas e o prestador Santa Casa de Alfenas. Os repasses de origem estadual que foram pactuados através do SIGRES, tiveram seus Termos de Compromisso devidamente assinados e suas respectivas prestações de contas das Resoluções SES/MG, lançadas pelo prestador no sistema GEICOM. Não foi realizado instrumento jurídico de repasse para os recursos relacionados ao Eixo COVID-19 de origem municipal e dos advindos por Resolução SES/MG que não tiveram como instrumento jurídico a assinatura no SIGRES.

A SMS de Alfenas não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES para o enfrentamento da COVID na atenção primária, conforme preconizado nas Resoluções SES/MG n.º 7.165/2020 e 7.166/2020 bem como não executou instrumento jurídico de repasse para Santa Casa de Alfenas, para atendimentos de atenção básica, conforme manifestação do auditado.

No que diz respeito aos instrumentos de gestão a SMS não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e não os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde e o RAG 2020 não contemplou as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia e não promoveu a devida alteração/complementação na LDO/LOA para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19. No que tange ao Serviço de Regulação, Controle e Avaliação a SMS de Alfenas realizou parcialmente controle e avaliação da produção referente as internações realizadas no prestador Santa Casa de Alfenas, referente aos atendimentos de casos da COVID-19. A SMS de Alfenas apresentou sua manifestação intempestivamente, após tentativas de contato por e-mail e telefone e conseguinte sucesso na comunicação, solicitando a inserção destas através de peticionamento no sistema SEI. Após análise da equipe, a SMS teve suas justificativas acatadas, parcialmente acatadas e não acatadas e deverá adotar as medidas constantes no campo Recomendação do Relatório Final, no sentido de sanar as não conformidades detectadas e adequá-las às legislações vigentes com apresentação de recurso à Junta de Recursos da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, para análise em 2ª Instância.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento do Relatório Final de Auditoria nº 655, para conhecimento e oportunidade de interposição de recurso em 2ª instância:

- 1 - Ofício de Aplicação de penalidades à Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas;
- 2 - Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria a pessoa física responsável, D.C. de A..

Transcorridas todas as fases e comunicados, o resultado do processo administrativo, poderá ser dada ciência, conforme o caso:

1. À Superintendência Regional de Saúde de Alfenas;
2. Ao Conselho Municipal de Saúde de Alfenas.



X - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



XI - ANEXOS

ANEXO 1 REPASSE RECURSOS SMS

ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Alfenas à Santa Casa no período de 01/03/2020 a 30/04/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
624.031-0	FNS	7160		002/2021	3744/2020	04/08/2020	720.000,00	00168-6/000062504-3			CUSTEIO/TERMO DE METAS
"	"		(MP 924/2020)		EO 1908	09/09/2020	480.000,00	0095/500.038-9			
"	"		"		EO 2044	21/09/2020	500.000,00	"			
			"		EO 2086	29/09/2020	1.679.235,00	"			
			"		EO 2346	30/10/2020	2.143.847,00	"			
			"		EO 2313	27/11/2020	2.547.480,00	"			
			"		EO 2630	15/12/2020	196.520,00	"			
"			"		EO 2685	23/12/2020	2.500.000,00	"			
			188/2020		EO 634	23/02/2021	1.094.000,00	0095/500.038-9			
"	"	7265	774	"	4125	19/01/2021	480.000,00	"			ITA AO TM 1395/2020"
"	"	7295	774	"	3299	18/02/2021	512.000,00	0618-6/00063458-1			TM 1395/7384"
"	"	7396		"		23/02/2021	992.000,00	0168-6/00063458-1			"
"		7446	1769	"	3627	05/04/2021	704.000,00	0168-3/62382-3			"



ANEXO 1 REPASSE RECURSOS SMS

"	7479	3896	"	3728	04/08/2020	7.180,00	"			TM Nº 1395/7479/2021
"	FNS	7396/7451	1666	"	3441	08/03/2021	992.000,00	168-6/63458-1		LEITOS UTI NOVOS- ITA TM1395/7295/2021
"		567/29/03/2021		1151			1.920.000,00			
		561/2021		SE 847/1	08/04/2021	215.424,00 (1/3)	0095/500.038-9			
		188/2020		EO 338	11/01/2021	1.000.000,00	"			
		188/2020		EO 364	22/01/2021	500.000,00	"			
				EO 642	23/02/2021	305.800,00	"			
		188/2020		SE 365	02/02/2021	1.260.000,00	"			
"		188/2020		EO 634	23/02/2021	1.094.000,00	"			
		431/2021		SE 800/1	31/03/2021	480.000,00	"			
		431/2021		SE 800/2	31/03/2021	480.000,00	"			
		559/2021		SE 846/1	08/04/2021	480.000,00	"			
		567/2021		SE 863/1	09/04/2021	416.530,00	"			
		567/2021		SE 863/2	19/04/2021	480.000,00	"			
"	"						"			
					TOTAL REPASSADO:	24.180.016,00	TOTAL GASTO:			



ANEXO 2 CONSTATAÇÃO EXTRA 651868

SMS ALFENAS

ANEXO 02 – Constatação 651868

CONSTATAÇÃO: Repasse irregular de recursos de origem Federal, referente a dotação /fonte 1154 - outras transferências de recursos do SUS COVID-19, para execução de Hospital de Campanha no município de Alfenas sem observância aos critérios exigidos pela legislação.

EVIDENCIA: Através de análise documental, verificou-se que no Plano de Contingência do município de Alfenas (29/4/2020), na pg. 7, item 3 - metas assistenciais, consta o fortalecimento da rede de urgência para atendimento ao COVID-19, tendo como ações a criação de Pronto Socorro Gripal, nos hospitais Universitário Alzira Velano e Santa Casa de Alfenas, com previsão orçamentaria R\$ 800.000,00 para Santa Casa de Alfenas. Para fortalecimento dos hospitais: credenciamento de novos leitos de UTI para COVID-19, e Ampliação da Infraestrutura do hospital Regional de referência, com previsão de R\$ 1.000.000,00. Prover equipamentos necessários (através - cessão de uso) para UTI do hospital de referência no valor de R\$ 500.000,00. Não foram inseridas as dotações orçamentárias para o repasse do recurso e/ou previsões durante a pandemia e não contempla investimentos em Hospital de Campanha. Não foi apresentado documentação comprobatória de projeto e execução que comprovem a caracterização do hospital de campanha anexo à Santa Casa conforme legislação. Os pagamentos foram efetivados por meio dos seguintes documentos analisados pela Equipe: empenhos e NF: EO 2044/20 , dotação funcional 10.302.0014- projeto 2196- manutenção de serviço de assist. amb. e hosp. de média e alta complexidades -finalização das instalações de obra Hospital Regional de Campanha para COVID-19, valor R\$ 500.000,00, liquidação 4001, OP 4212, pago a Santa Casa, através da emissão da NF Nº41.896 (21/9/20) descrita como serviços de atividade médica CNAE 8630-5/01 e o empenho EO 2513/20 de 02/12/2020, valor de R\$ 1.000.000,00, liquidação 5246, OP 5465, referente a Hospital de Campanha, encontro de contas de 09/2020, apresentado pela Santa Casa através da NF Nº 42.920 (27/11/2020). Os recursos saíram do banco C.E.F. , conta MG 310160 FMS CT SUS custeio 0095/ 006/ 00624031-0 com transferência para conta 0095/003/00500038-9 Casa de Caridade N.S.P.S.(Santa Casa). Conforme determina a legislação, a implantação de unidades de saúde temporárias para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA -era uma das estratégias utilizadas para ampliação e organização da oferta de leitos, podendo ser contemplada no Plano de Contingência do município, em caso de pleito para recebimento de recursos para seu funcionamento junto ao Governo Federal. Para a definição da estratégia, considerar-se-á em ordem progressiva: Priorizar a estruturação dos leitos clínicos e de UTI em unidades hospitalares existentes e permanentes da rede assistencial; ampliar os leitos clínicos e de UTI nas unidades hospitalares existentes e permanentes, aproveitando áreas não assistenciais e assistenciais com menor relevância, dedicar unidades hospitalares existentes e permanentes totalmente para o enfrentamento da COVID-19 e, após esgotadas as medidas acima, confirmada a permanência de demanda reprimida, implantar unidades de saúde temporárias. No âmbito da circunscrição de referência para enfrentamento da COVID-19 na região, não foram esgotadas as premissas anteriores, haja visto que este critério é impositivo pela legislação para a adoção e efetivação da instalação e funcionamento do hospital de campanha. Ressalta-se o fato de que a Santa Casa, foi classificada como hospital de referência para atendimento COVID -19, conforme plano de contingência macro sul -MG e deliberações CIBSUS, tendo os seus leitos clínicos, LSVP e UTIs contemplados na classificação de hospitais referenciados. Não foi localizada a solicitação e ou autorização de utilização dos recursos federais, com a dotação orçamentaria 1154, para tal finalidade. Tal fato está em desacordo com a PT Nº 1.514, de 15/06/20, alterada pela PT 1.863, de 29/07/20, art. 3º incisos de I a III, art. 4º, art. 5º inciso I a IV e art. 9º. SMS de Alfenas sujeita a penalidade de Advertência escrita e medida corretiva de devolução com recursos próprios do valor



ANEXO 2 CONSTATAÇÃO EXTRA 651868

original de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ao FNS, conforme indicado no capítulo de PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO deste relatório. O valor original deverá ser atualizado utilizando o Sistema de Débito do TCU (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>) e encaminhamento ao TCU.

